

Políticas indígenas e gestão territorial para o bem viver no Rio Negro (AM)

A análise centra-se na organização político-cultural do movimento indígena do rio Negro visando consolidar uma política indígena de gestão para a sustentabilidade e o bem viver nos seus territórios. Na coleta de dados utilizaram-se entrevistas semiestruturadas e narrativas, e a observação participante nas assembleias indígenas. A análise dos dados deu-se mediante a codificação e categorização das informações, seguida da análise descritiva, teórica e interpretativa. Os resultados evidenciam que a proposta de gestão territorial do movimento indígena caracteriza-se pelo diálogo entre saberes indígenas e não indígenas, e parcerias firmadas com agentes sociais e instituições para além das fronteiras nacionais. No processo, reafirmam a identidade étnica e ressignificam o que está na região e que - a despeito de não ser indígena, em virtude da colonização, passou a fazer parte da vida dos povos indígenas, a exemplo, as demandas por escolarização, bens tecnológicos, dentre outros que coexistem com as práticas indígenas tradicionais.

Palavras-chave: Movimento Indígena; Gestão Territorial; Sustentabilidade; Bem viver.

Indigenous policies and territorial management for well-being in the Rio Negro (AM)

The analysis focuses on the political-cultural organization of the indigenous movement of the Rio Negro in order to consolidate an indigenous policy management for sustainability and the welfare in their territories. Semi-structured interviews and narratives, and participant observation in the indigenous assemblies were used in the data collection. The analysis of the data was achieved by coding and categorization of information, followed by a descriptive analysis, interpretive and theoretical. The results show that the proposed territorial management of the indigenous movement is characterized by dialogue between indigenous and non-indigenous knowledge, and partnerships with social agents and institutions across national borders. In the process, reaffirm the ethnic identity and the resignify what is in the region and that, in spite of not being indigenous, in virtue of colonization, became part of the life of indigenous peoples, for example, demands for education, technological assets, among others who coexist with traditional indigenous practices.

Keywords: Indigenous Movement; Territorial Management; Sustainability; Welfare.

Topic: **Planejamento, Gestão e Políticas Públicas Ambientais**

Received: **15/03/2016**
Approved: **23/08/2016**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Jocilene Gomes Cruz

Universidade Federal do Amazonas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0406382937787743>
jocilene.am@gmail.com

Henrique dos Santos Pereira

Pennsylvania State University, Estados Unidos
<http://lattes.cnpq.br/1352117560279931>



DOI: 10.6008/SPC2179-6858.2016.003.0017

Referencing this:

CRUZ, J. G.; PEREIRA, H. S.. Políticas indígenas e gestão territorial para o bem viver no Rio Negro (AM). **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.7, n.3, p.215-228, 2016. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2016.003.0017>

INTRODUÇÃO

Está intrínseco ao movimento indígena do rio Negro a história, a trajetória e os ideais do movimento indígena organizado em âmbito nacional. O cerne da sua luta também foi a demarcação das terras indígenas, item central na agenda de reivindicações ao Estado brasileiro, algo comum às demandas dos demais povos indígenas do Brasil, mobilizados como categorias coletivas autodesignadas de movimento indígena (PERES, 2003).

As chamadas lideranças indígenas são partes constitutivas do movimento indígena e, desde a década de 1970-1980 (GRUPIONI, 1999), participam das assembleias indígenas organizadas em nível nacional, ou seja, acompanharam os delineamentos e o fortalecimento do movimento indígena na América Latina e no Brasil. Portanto, foram influenciadas e influenciaram as construções coletivas das diferentes fases pelas quais passou o movimento indígena do Brasil.

No rio Negro, a mobilização/organização político-cultural do movimento indígena ensejou o surgimento de suas lideranças políticas, sujeitos forjados no interior do movimento com a missão de decodificar os códigos do universo não indígena e de serem os mediadores (representantes indígenas) nas discussões e negociações junto aos parceiros (organizações governamentais e não governamentais), em prol dos povos da região e do que consideram ser prioridade para estes no contexto atual.

Essa mobilização também propiciou a criação da Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN), uma instituição político, administrativa e cultural, cujos limites de sua atuação abrangem três municípios: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Trata-se de uma instituição indígena, na qual essas lideranças exercem suas práxis em torno da política indígena de gestão dos territórios.

Com 706,6 mil km² dos quais 80,4% em território brasileiro e 50,6% em áreas protegidas, a bacia do rio Negro é uma região que guarda uma biodiversidade singular (TRANCOSO et al., 2009) e de extrema importância não apenas para a conservação, mas, principalmente, para a sobrevivência e manutenção dos modos de vida dos povos indígenas que vivem na região. A singularidade também se apresenta na diversidade de povos indígenas: cerca de 30 etnias, oriundos de quatro famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak, Maku e Yanomami (FOIRN/ISA, 2003), os quais resistiram aos processos de colonização e conseguiram manter suas culturas, suas línguas e os inúmeros conhecimentos sobre a região.

Conforme os dados demográficos de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população dos três municípios que compõem a área de atuação da FOIRN está assim representada: Barcelos com 25.718 indivíduos, Santa Isabel do Rio Negro com 18.146 e São Gabriel da Cachoeira com 37.896, constituída em sua maioria por indígenas de várias etnias.

No que tange especificamente à população indígena, os referidos municípios estão na lista dos dez (10) com maior população indígena brasileira. São Gabriel da Cachoeira se destaca por ocupar o primeiro lugar dessa relação, com 29.017 autodeclarados indígenas, Santa Isabel do Rio Negro com 10.749 e Barcelos com 8.367 autodeclarados indígenas (IBGE, 2010). Portanto, municípios com extrema diversidade cultural.

A atuação do movimento indígena na gestão territorial e ambiental de terras indígenas, especificamente sobre as articulações e as estratégias desse movimento em torno da elaboração e consolidação de uma política indígena de gestão dos territórios no rio Negro, se intensifica após a demarcação e homologação das cinco terras indígenas (TI), em 1998. Ao longo dos anos, o movimento criou propostas e projetos, os quais foram revisados e ampliados continuamente, bem como estabeleceu parcerias e obteve financiamentos para esses projetos, propiciando a estrutura que possui hoje, caracterizada por uma rede de comunicação e alianças entre instituições governamentais e do terceiro setor.

A pesquisa foi realizada na cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM em seis etapas, executadas num período de um ano. Todas as idas a campo para a coleta de dados foram planejadas previamente, considerando-se a realização de eventos (assembleias, reuniões, seminários e outros) organizados pelas lideranças do movimento indígena, momentos que se reúnem na cidade para discutir os diversos assuntos relacionados direta e indiretamente com a gestão territorial das TI. Durante esses eventos, há um deslocamento intenso de indígenas das comunidades para a cidade, sendo a maioria destes composta por membros das associações filiadas a FOIRN, as chamadas lideranças indígenas.

Adotou-se como estratégia metodológica a pesquisa multimétodos e/ou triangulação na pesquisa (FLICK, 2009), fazendo-se a interseção e complementação de dados obtidos mediante entrevistas semiestruturadas, entrevistas narrativas, observação participante em eventos como as assembleias indígenas, dentre outros, considerados como os mecanismos e os instrumentos mais apropriados para alcançar os propósitos da pesquisa.

A entrevista semiestruturada foi feita com os membros do movimento indígena, particularmente com as lideranças indígenas políticas, filiadas a diferentes associações indígenas existentes na região vinculadas à FOIRN. Também foram entrevistados diretores e ex-diretores da Federação. As entrevistas narrativas direcionaram-se às lideranças que protagonizaram o movimento indígena do rio Negro e que criaram a Federação. A observação participante deu-se, especificamente, nas assembleias e nos seminários organizados pelo movimento indígena para fins de discussões, planejamento e deliberações. Os dados obtidos foram analisados a partir da codificação e categorização das informações, procedendo-se a análise descritiva, teórica e interpretativa de conteúdo.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A Criação do Movimento Indígena e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)

No final da década de 1960, muitos conceitos relacionados a movimentos sociais estavam em evidência, tendo em comum a ideia de mobilização da sociedade para atingir um objetivo e o desejo de superar os problemas vivenciados por meio de ações coletivas, produzidas por grupos de agentes sociais (VARGAS, 2003). No Brasil, com o fim do regime militar, esses novos movimentos sociais entram em cena e têm como características a luta em torno do reconhecimento de direitos sociais e culturais, envolvendo

coletividades sociais reunidas por raça, gênero, sexo, meio ambiente, direitos humanos, entre outros (GOHN, 2004). Gohn (2000) tece a seguinte definição quanto ao que sejam esses movimentos sociais:

[...] são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. (GOHN, 2000)

O movimento indígena do Brasil emerge nesse contexto sociocultural e sofre as suas influências, particularmente em relação aos objetos de reivindicação, centrada nos direitos coletivos. Desde o final da década de 1970 e nos primeiros anos de 1980, quando foram organizadas as primeiras assembleias indígenas, havia o apoio de “assessores orientados pelo paradigma dos movimentos sociais e populares” (MATOS, 2006). A autora observa que a mobilização dos povos indígenas se forja em torno de direitos, seguindo a dinâmica de reivindicações, mas traduzidas para as realidades deles, para a resolução dos problemas por eles vivenciados, sobretudo, os concernentes aos direitos à terra. Nesse momento, as características centrais do movimento indígena eram de uma configuração “pan-indígena”, tendo como principal eixo da mobilização o “status sociopolítico indígena de minoria, com direitos específicos a serem reconhecidos pelo Estado brasileiro” (MATOS, 2006).

A forma preconceituosa como eram vistos os povos indígenas, bem como as políticas indigenistas incongruentes que os desqualificavam e contribuíam para os crimes contra estes, a exemplo do etnocídio, foram fatores determinantes para a organização dos povos indígenas na América Latina. Bartolomé (2014) contextualiza essa realidade e evidencia a importância do Simpósio em Barbados¹, realizado em 1971, com o objetivo de discutir a fricção interétnica na América do Sul, tendo como desdobramento a “Declaração de Barbados”. O autor avalia os impactos desse evento, particularmente os concernentes à referida Declaração, como uma espécie de carta de cidadania para toda a Antropologia latino-americana, com inúmeros resultados positivos, sobretudo, em virtude de ela questionar a prática do etnocídio, “tanto por ação, quanto por omissão”, por parte do Estado, da Igreja e dos antropólogos da época que não denunciavam esse crime.

Esse novo contexto foi preponderante para o surgimento e fortalecimento do movimento indígena do Brasil. Em pouco tempo, a mobilização desse movimento viabilizou a criação de inúmeras associações e organizações indígenas. É nesse período que também se cristaliza a ideia de protagonismo, inicialmente introduzida pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para imprimir aos movimentos sociais suas condições de atores sociais ativos e proativos, libertos da subjugação social e da condição de excluídos e oprimidos.

No âmbito do protagonismo indígena, destacam-se as mobilizações em forma de assembleias, conferências, seminários e demais eventos que reúnem representantes de povos indígenas de vários lugares

¹O Simpósio aconteceu no período de 25 a 30 de janeiro de 1971, na Ilha de Barbados, nas ilhas do Caribe inglês, na Universidade de Brighton em Bridgetown, que nessa época era um campus da Universidade de Sussex, na Inglaterra.

do país, nos quais são discutidos os problemas comuns e elaborados documentos reivindicatórios e de demandas por políticas públicas.

Na análise de alguns autores (ALBERT, 2000; GRUPIONI, 1999; PERES, 2003; ORTOLAN MATOS, 2006), a Constituição de 1988 é um marco importante no campo das reivindicações étnicas voltadas para a regulamentação das terras indígenas (TI). Para estes autores, a nova configuração política do país, a partir dessa década livre do regime militar, acarretou modificações na forma política e jurídica de inserção dos povos indígenas no Estado brasileiro, porque havia uma proposta de abertura para o diálogo intercultural entre indígenas e não indígenas. Albert (2000) considera que a referida Constituição, particularmente o artigo 232, abriu a possibilidade para as associações se constituírem como pessoas jurídicas e se legitimarem como instâncias participativas no âmbito da política nacional.

O movimento indígena do rio Negro segue essas diretrizes e traz em seu bojo a história, a trajetória e os ideais do movimento indígena organizado em âmbito nacional. O cerne da sua mobilização também foi pela garantia de direitos, em especial pela demarcação das terras indígenas, tema central na agenda de reivindicações ao Estado brasileiro, algo comum às demandas dos demais povos indígenas do Brasil, mobilizados como categorias coletivas autodesignadas de movimento indígena (PERES, 2003).

A experiência em criar associações e mesmo organizações maiores que articulam um rol de associações também fez parte do movimento social étnico do rio Negro. Logo nos seus primeiros anos de existência, foi fundada uma federação, a FOIRN, à qual se agregaram várias associações indígenas que foram surgindo nas distintas comunidades, localizadas nas calhas dos rios da região, formando uma rede que se articula local e exteriormente, promovendo alianças, ações integradas e mobilizações pela garantia de seus direitos constitucionais.

Peres (2003) afirma que a emergência do associativismo étnico na região do rio Negro possui uma característica singular: a região atualmente possui um número expressivo de associações, hoje são cerca de 90, as quais foram instituídas ao longo dos anos. O autor considera essa emergência como um “fenômeno” que consubstanciou os espaços de discussão, fóruns de decisão política, viabilizando uma rede de relações interétnicas que marca a dinâmica da FOIRN, ou seja, a forma como opera na região.

Ao analisar esse “fenômeno”, o autor pondera sobre a necessidade de mudanças na forma de estudar os movimentos sociais contemporâneos, particularmente o indígena, orientando que, ao analisá-los, deve-se abandonar o olhar que concebe os povos indígenas como “alteridades puras”, pois essa é uma visão estática. Nesse sentido, ao analisar o movimento indígena hoje, fazem-se necessárias uma contextualização histórica e uma análise socioantropológica de modo a apreender-se sua dinâmica.

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN): Uma Instituição Indígena

A FOIRN foi fundada em 1987, durante a II Assembleia Indígena do rio Negro². Consta no seu Estatuto Social que ela se originou com a missão de lutar pelos direitos indígenas e representá-los junto ao Estado

² De acordo com o relato das lideranças, a I Assembleia Indígena do Rio Negro aconteceu no distrito de Tarauacá e foi organizada pela União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (Ucirt).

brasileiro (ESTATUTO SOCIAL, 2002). Está posto nas falas das lideranças do movimento indígena que, por meio da Federação, também se pretendia mudar as relações assimétricas tão presentes na região.

A Federação nasceu em meio a um conjunto de articulações e mobilizações, conduzidas pelos próprios povos indígenas que lutavam pelas suas terras, contando com a colaboração de alguns agentes sociais externos presentes à época na região, a exemplo da Igreja Católica, do Exército e de organizações não governamentais. Convém destacar que esses simpatizantes promoviam suas ideologias e, conseqüentemente, geravam conflitos e divergências ideológicas entre as lideranças indígenas.

Os representantes do movimento indígena do rio Negro chamam a atenção em suas falas sobre essas divergências, observando que, com o tempo, os conflitos foram atenuados. Isso se deu em função das articulações, negociações e acordos firmados entre o movimento indígena, as comunidades e os agentes sociais externos. Esse teria sido um aprendizado inicial que as habilitou, contribuindo para que se tornassem os bons articuladores que são hoje.

Dessa forma, dialogar é uma característica do movimento indígena incorporada às ações da FOIRN. Para concretizar os objetivos da Federação, enquanto entidade representativa dos povos indígenas da região, as lideranças articulam constantemente estratégias que primam pelo diálogo entre os povos entre si, bem como entre estes e a sociedade mais ampla, os não indígenas. Trata-se de uma dinâmica complexa envolvendo uma “rede” de relações sociais composta pelos povos indígenas do rio Negro e outros povos (parentes) que vivem nas fronteiras (Brasil-Colômbia-Venezuela) e, ainda, por agentes sociais não indígenas, representantes de instituições governamentais e não governamentais.

As associações indígenas ocorrem em toda a região do rio Negro; entretanto, há lugares com maior concentração de associações onde o “fenômeno associativo” (PERES, 2013) tem expressiva força organizativa. No Estatuto Social da FOIRN, art. 7, estão definidas as cinco sub-regiões que conformam a sua área de abrangência, nas quais essas associações estão localizadas e estruturadas para fins de representatividade na Federação³.

Essas subdivisões são, principalmente, uma forma de caracterização do território para além da demarcação de uma estrutura física e/ou fronteira como a que é feita nos moldes do Estado brasileiro. Tais subdivisões partem da compreensão do movimento indígena sobre seus territórios, a forma como os veem e como se organizam nele, levando em conta, dentre outras referências: o curso dos rios e sub-bacias da região, as especificidades culturais, linguísticas e, essencialmente, a estrutura política organizada pelas lideranças do movimento indígena do rio Negro.

Nota-se que a criação dessas sub-regiões, compreendidas enquanto configurações culturais e políticas, faz parte das estratégias do movimento indígena de gestão/cuidado dos territórios indígenas. Elas foram estruturadas a partir da criação da FOIRN como um mecanismo para alcançar as grandes extensões territoriais do rio Negro e, assim, viabilizar a execução das ações propostas no seu planejamento estratégico.

³ Região do rio Içana e seus afluentes; região do Balaio Uaupés e rio Tiquié, e seus respectivos afluentes; região do médio e alto rio Uaupés e rio Papuri, e seus respectivos afluentes; região do alto rio Negro e Xié; região do baixo rio Negro e seus afluentes (FOIRN, 2002).

Em cada uma das sub-regiões, foram criadas Coordenadorias, uma medida para descentralizar as ações da Federação e, dessa forma, consolidar uma gestão participativa. As lideranças entenderam que, por meio delas, seria possível ampliar e facilitar o diálogo com as bases (as comunidades indígenas). Por esse caminho, criaram um sistema de comunicação e difusão das informações e dos conhecimentos gerados no interior da FOIRN, fortalecendo a rede dialogal. Elas foram estruturadas considerando a dinâmica cultural e territorial indígena do rio Negro, estando assim definidas: (a) Coordenadoria das Organizações Indígenas do rio Tiquié e Uaupés - COITUA; (b) Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco - CABAC; (c) Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté- COIDI; (d) Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro-Xié - CAIARNX; (e) Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro – CAIMBRN. (FOIRN, 2013, p.3).

Atualmente, essas Coordenadorias possuem representatividade dentro da estrutura organizativa e administrativa da FOIRN. A própria eleição para a diretoria da federação parte dessa dinâmica, sendo escolhidos os diretores oriundos das regiões onde se localizam as Coordenadorias.

Ao se analisar a estrutura da Federação, percebe-se que ela possui um conjunto de elementos físicos e subjetivos composto pela sede/escritório; maloca; associações indígenas; coordenadorias; comunidades e também pelas relações interétnicas estabelecidas com os parceiros - agentes sociais e instituições governamentais e não governamentais. Todos esses elementos são parte constituintes das redes relacionais que conformam o diálogo intercultural no rio Negro.

A sede/escritório da FOIRN é o seu centro administrativo, lugar de operacionalização das negociações entre as lideranças indígenas e os agentes sociais não indígenas – parceiros e financiadores dos projetos. Pode-se dizer que nela as lideranças vivenciam a experiência de decodificar os códigos da cultura ocidental e, assim, se habilitam para o diálogo e para os embates pela garantia dos direitos indígenas e por seus projetos de futuro, pois é na sede que negociam os projetos e programas de gestão dos territórios indígenas.

De um modo geral, as lideranças do movimento indígena concebem essa estrutura da FOIRN como uma escola, na qual podem adquirir o aprendizado necessário para a preservação dos saberes e para a proteção dos territórios indígenas do rio Negro. Esse processo de aprendizagem envolve o domínio de elementos da sociedade ocidental, incluindo a compreensão sobre os projetos de pesquisa e de geração de renda, política, economia, dentre outros, fundamentais nessa engrenagem.

Para Rezende (2014), os povos do rio Negro vivem um momento de busca pelo diálogo intercultural e por uma relação de respeito mútuo, na qual as culturas indígenas sejam valorizadas. Isso se reflete nas atividades cotidianas e nos projetos que eles buscam implementar nas comunidades. Na análise do autor, há uma mobilização dos povos indígenas objetivando “descolonizar os pensamentos”, para romper com as formas de dominação que lhes atingiram por séculos.

Dessa forma, entende-se que hoje, quando os povos indígenas buscam construir em suas comunidades novas propostas de educação escolar, o fazem, de certa forma, porque acreditam que elas podem promover mudanças em várias outras áreas de suas vidas, a começar com a criação de espaços para uma relação mais simétrica entre indígenas e não indígenas. Nas comunidades, as lideranças incentivam os

indígenas a pensarem por si próprios, a seguirem a condução de suas vidas por si e não pelo que é imposto pelo “outro” e, assim, construir seu futuro (REZENDE, 2014).

Essas são características emblemáticas da atual política do movimento indígena do rio Negro. Por meio dela põem em prática distintas ações objetivando a gestão/cuidado com os territórios, pautada na cultura dos povos indígenas, nas suas formas de viver e manejar seus recursos, mas também primando por diálogos com os elementos da cultura ocidental, avaliados como instrumento necessário hoje na defesa dos territórios.

A Política Indígena para o Bem Viver nas Comunidades do Rio Negro

As propostas do movimento indígena do rio Negro para a gestão das terras indígenas iniciaram após a demarcação das 5 (cinco) terras indígenas, em 1998, e a partir da elaboração do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS). Um dos pontos preponderantes observados nesse Programa é a criação de projetos pilotos voltados para a proteção dos territórios e da organização política, mas também os chamados projetos de alternativas sustentáveis, visando à obtenção de renda nas comunidades, de modo a adquirirem os bens materiais e simbólicos de que necessitam hoje, sem prejuízos para a cultura e o ambiente em que habitam.

Na visão de uma liderança da FOIRN, responsável pelo setor de projetos, é preciso ter uma visão ampla sobre a importância de um projeto e sobre o que ele representa hoje para as comunidades indígenas do rio Negro, isso porque:

A realidade das comunidades e a visão dos indígenas que nelas habitam mudou. Os indígenas não passam fome! Não é uma questão referente a subsistência diária, não é isso! Pois, eles coletam, eles caçam, plantam [...] têm suas dificuldades, mas não passam fome! Também não é uma questão de deixar de ser indígena em virtude dessa nova forma de pensar. Mas, com o contato com o mundo não-indígena, criou-se outras necessidades (roupas, rabetas, panelas, baterias, ferramentas, etc.). As reivindicações dos povos indígenas, quando procuram projetos, não se trata de buscar suprir a subsistência, não é isso. A reivindicação é de outra natureza, é pela obtenção de renda para acessar essas outras necessidades que hoje fazem parte de seu cotidiano. (Depoimento de liderança indígena, vinculada ao setor de projetos da FOIRN, cedido em julho de 2013).

Essa é uma compreensão compartilhada por outras lideranças do movimento indígena, principalmente por alguns diretores e ex-diretores da FOIRN. Além da questão relacionada ao atendimento de necessidades criadas com o contato, levar um projeto para a comunidade é uma forma de evitar a saída dos povos de seus territórios, desde que tais projetos sejam pensados e executados pelas próprias comunidades e não por terceiros com visões e perspectivas diferentes.

No rio Negro, mais precisamente no extremo noroeste amazônico (alto rio Negro), a experiência com a elaboração e gestão de projetos, seja na área de valorização da cultura, proteção dos territórios ou de alternativas econômicas, ocorre a partir da década de 1990, coincidindo com o “boom” da criação das associações indígenas. É nesse período que são implementados os projetos pilotos da FOIRN em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e que, de certa forma, influenciaram as associações e as comunidades indígenas a se engajarem no “ramo dos projetos”.

Em vários relatos das lideranças indígenas, tanto daquelas ligadas diretamente à direção da Federação, quanto das que moram nas comunidades e são membros de alguma associação, os projetos pautados nos “modelos alternativos de desenvolvimento e/ou sustentáveis” são de grande importância, pois representam um mecanismo de autonomia e protagonismo, frente aos problemas existentes hoje nas comunidades, decorrentes da realidade socioeconômica em que vivem.

Ao analisar a participação das lideranças indígenas na implementação desses tipos de projeto, Luciano (2006) faz uma crítica, apontando a existência de um “caráter intervencionista moderno que os orientam, defendido voluntária ou involuntariamente por parte das agências públicas e privadas de desenvolvimento”, responsáveis pela formulação e implementação dos projetos. Este caráter intervencionista, de acordo com o autor, acaba confrontando-se com as culturas indígenas, na medida em que elas são fragilizadas diante dos processos de tecnificação e ampla integração econômica social, cultural e política (LUCIANO, 2006).

O autor pondera que muitos dos projetos, hoje executados com a participação do movimento indígena, sofrem dos mesmos males observados pelos conduzidos exclusivamente pelo Estado brasileiro. Em vista dessa realidade, muitos projetos resultam em fracasso, geram conflitos nas comunidades, uma vez que apenas simulam a participação, pois os princípios norteadores e ideológicos estão presos aos velhos paradigmas civilizatórios.

As considerações do referido autor são pertinentes, pois trata-se de uma realidade ainda presente nas comunidades onde são implementados esses projetos. Por outro lado, verifica-se também uma postura crítica entre os membros do movimento indígena em relação a essa questão, mobilizando-os para uma constante avaliação e discussão no âmbito das assembleias indígenas.

Essa criticidade tende a fazer com que as lideranças se posicionem sobre a importância da valorização da cultura indígena, buscando nela soluções para os problemas que surgem. Um exemplo é a incorporação recente da noção de bem viver em seus discursos e práticas. Nela encontram os fundamentos acerca do que os povos indígenas precisam para terem uma vida boa e feliz em seus territórios. Esta noção é utilizada ao decidirem sobre os projetos de alternativas sustentáveis que levam para as comunidades.

Uma liderança Baniwa explica que Manakai significa “para o bem viver”. Ela é a tradução cultural da palavra sustentabilidade para o povo Baniwa, cujos significados se relacionam com manter uma vida saudável baseada nos conhecimentos e no cuidado com o ambiente⁴. Noções culturais, a exemplo desta, saem das comunidades e chegam à FOIRN, de onde ganham o mundo e tornam-se os elementos identitários que reforçam os discursos em prol dos povos indígenas e de suas “formas de viver e o estar bem no mundo”.

Recentemente, a Federação passou a utilizar essa noção e, a partir de então, a incorporou no seu slogan intitulado: “Defendendo interesses, objetivos e direitos indígenas para o bem viver”. Observa-se que gradativamente essa expressão vem se firmando como elemento aglutinador de sua proposta autônoma e participativa de gestão dos territórios. Nesse contexto, o Programa Regional de Desenvolvimento Indígenas

⁴ Esta é a definição dada por uma liderança indígena Baniwa, membro da Organização Indígena da Bacia do Rio Içana – OIBI, que vem divulgando e disseminando o termo entre o movimento indígena.

Sustentável (PRDIS) é o plano com as diretrizes a serem seguidas rumo a esse propósito, ele é o caminho para concretizar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) para o bem viver dos povos da região.

Em 2014, os temas comuns no planejamento estratégico de todas as Coordenadorias da FOIRN foram: fortalecimento político das bases e formação de lideranças para um bem viver nas comunidades; e a PNGATI e suas ferramentas como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). Esses temas fazem parte da atual agenda da FOIRN. Tidos como prioridades, estiveram presentes nas discussões tanto nas assembleias quanto nas demais reuniões, seminários, oficinas e outros eventos naquele ano. Eles também são vistos como os novos desafios das lideranças e dos povos indígenas em termos de futuro, dos seus e de seus territórios.

A respeito da noção de bem viver, Lesbaupin (2011) observa que, enquanto conceito plural e em construção, está no campo dos debates teóricos, mas também avança nas práticas, quer sejam naquelas dos povos indígenas como nos movimentos sociais, na construção política, a exemplo das Constituições da Bolívia e Equador. Assinala que, para além da diversidade de posturas sobre esse conceito em construção, aparecem elementos unificadores, tais como: o questionamento ao desenvolvimento entendido como progresso ou a reivindicação de outra relação com a natureza. O bem viver não se enquadra como um desenvolvimento alternativo, trata-se de uma postura frente à vida e ao que seja uma vida boa e de qualidade (LESBAUPIN, 2011).

Compreensão semelhante encontra-se nas análises de Regazzoni (2010), para o qual o *sumak kawsay*, “isto é o bem viver, termo que melhor se traduz em vida boa”, possui em sua concepção central algumas dimensões, a saber: uma dimensão social, pois evoca a reciprocidade e a solidariedade entre os seres humanos, sendo que “o exercício dos direitos das pessoas, das comunidades e povos se dá em um equilíbrio entre sociedade e natureza. Uma dimensão econômica que não pode ser medida pelas “cifras macroeconômicas”, mas pela qualidade de vida de todos. Nessa dimensão o cuidado com a natureza é também defendido como prioridade, devendo-se evitar que os aspectos econômicos prejudiquem a natureza e a relação das sociedades com a natureza. Possui ainda uma dimensão da cultura, pois para os povos indígenas vida boa pressupõe o respeito à diversidade cultural e às especificidades de cada um dos povos, aos modos próprios de viver e interagir com seu ambiente. Esse conceito pressupõe “que se considere cada país ou nação como uma cultura e sociedade plurais, atentas ao particular e reconhecendo a contribuição de todas as minorias” (REGAZZONI, 2010).

A gestão dos territórios indígenas do rio Negro pode ser lida como a gestão da diversidade cultural dos povos indígenas que habitam a região. Dessa forma, valorizar a cultura significa envidar esforços no intuito de que programas, projetos e atividades sejam realizados, tendo como propósito o respeito às peculiaridades culturais, contudo, sem descartar as possibilidades de interconexão com o saber ocidental. As ações do movimento indígena no contexto da FOIRN seguem esse percurso. Em termos gerais, elas objetivam a sustentabilidade - o cuidado e o bem viver das comunidades/territórios indígenas no rio Negro; isso inclui a realização de atividades que impeçam as invasões e a destruição de seus territórios. É nesse contexto que

se utilizam do diálogo, acessando-o como uma das estratégias para atingir suas finalidades. A implementação de projetos pautados na noção de desenvolvimento sustentável e de etnodesenvolvimento, hoje levados para as comunidades, faz parte desse processo.

A política indígena de gestão dos territórios se constrói nas relações interétnicas e constituem os “projetos de futuro” e/ou projetam o futuro que os povos indígenas da região almejam para si. Um projeto de futuro pode ser compreendido como uma construção coletiva que se delinea a partir de inúmeras perspectivas, principalmente culturais, pois traz o olhar dos povos mediado pelas “lentes” que tomaram de empréstimo nas relações interétnicas e, ainda, das suas necessidades – as intrínsecas às culturas dos povos, bem como as criadas no interior dessas relações. Ele também se delinea nas incertezas quanto ao futuro.

As múltiplas dimensões territoriais e a rica biodiversidade somadas à pluralidade cultural que caracteriza a região do rio Negro são desafios às estratégias de gestão territorial e ambiental das terras indígenas dessa região. Alguns dos problemas são comuns às comunidades, principalmente os relacionados à saúde. Contudo, para o planejamento e execução das intervenções, são necessárias estratégias específicas, dadas as particularidades geográficas e culturais de cada uma delas, algo que o movimento indígena percebe com clareza.

Há problemas que são particulares a uma comunidade, requerendo igualmente ação particularizada. As questões tornam-se mais complexas quando se trata das percepções das comunidades (cerca de 750) sobre as suas dificuldades, necessidades e perspectivas quanto ao seu presente e ao seu futuro. Em algumas comunidades, os problemas se complexificam, desdobram-se em muitos outros, demandando grande esforço dos moradores e de suas lideranças em resolvê-los ou atenuá-los, uma vez que alguns problemas, como os de saúde, ainda esperam do Estado brasileiro políticas públicas mais eficientes e eficazes. Portanto, atrelados a algo que não depende da ação das comunidades, do movimento ou da FOIRN.

Em comunidades, a exemplo de Iauaretê, os problemas tomam proporções maiores em virtude das suas próprias características (maior concentração populacional), acarretando problemas como a falta de saneamento básico, transporte, violência entre jovens, alcoolismo, suicídio e outros. Há muitas queixas das lideranças de que os “jovens não querem mais valorizar as suas culturas”, pois não participam das danças e das atividades coletivas com os mais velhos.

É recorrente na fala das lideranças indígenas que a implementação de projetos no âmbito da agricultura, piscicultura, manejo florestal, dentre outros, pode viabilizar melhorias socioeconômicas nas comunidades, dar-lhes mais autonomia e condições de promoverem caminhos próprios, de acordo com as suas realidades e necessidades. Convém mencionar que alguns desses projetos introduzem práticas e sistemas de manejo estranhas à cultura local, a exemplo da piscicultura; portanto, é preciso ampla reflexão sobre sua implantação nas comunidades.

De modo geral, levar um projeto para a comunidade denota a particularidade da “participação” e do “protagonismo”, algo que não exclui as responsabilidades do Estado, ao contrário, reforça a importância da gestão participativa e do diálogo intercultural.

Está claramente disposto nos relatos das lideranças que esses projetos deveriam ser implementados, tendo como perspectiva a junção dos saberes indígenas e não indígenas, viabilizando, dessa forma, propostas adequadas às realidades como a de Iauaretê e das demais comunidades indígenas do rio Negro que foram reorganizadas territorialmente no processo de colonização da região. Boa parte das lideranças indígenas consideram que, no atual momento, os saberes advindos das ciências não indígenas são importantes para alcançarem seus objetivos em termos de melhorias sociais nas comunidades, isso não significa o abandono dos conhecimentos indígenas, apenas uma troca e/ou diálogo.

O diálogo de saberes também pode propiciar, no cotidiano das comunidades e no processo de implementação de tais projetos, com que os saberes relacionados às tecnologias de comunicação e informação sejam apropriados e aliados aos saberes indígena, gerando maior participação dos jovens indígenas. Em algumas comunidades esse diálogo já ocorre, a exemplo da escola Paámali, onde as mídias digitais são usadas como ferramentas de difusão da cultura Baniwa.

As expectativas do movimento indígena sobre o futuro é algo tão diversos quanto a sociodiversidade presente na região. Apesar dos distintos olhares sobre o presente e o futuro, a via do diálogo é sempre acionada e parece acomodar alguns consensos, especialmente sobre a implementação de projetos nas comunidades, sejam os pautados na premissa da sustentabilidade/bem viver elaborados pela FOIRN e seus parceiros, sejam projetos acessados “por fora”, visando à geração de renda, à energia elétrica para as comunidades, ao transporte, e outros.

Ao se analisar essa questão vem à tona a indagação sobre os recursos utilizados para fazer dialogar com as racionalidades tão distintas: a indígena e a ocidental, mas ao que se observa, o movimento indígena tem logrado êxito. No que concerne, especificamente, à ideia de uma conjugação de saberes (indígenas e não indígenas) na gestão territorial no rio Negro, sua concretude se dá particularmente pelo próprio formato da FOIRN, sua essência e pressupostos.

A história de contato/colonização contribuiu para a formação dessa peculiaridade presente no movimento indígena e na política instituída visando à gestão dos territórios indígenas. Os acontecimentos que provocaram impactos negativos para a cultura indígena geraram também as engrenagens para a mobilização social. Foi assim que imprimiram as marcas do protagonismo indígena na condução da gestão territorial para preservar e valorizar seus saberes e seus territórios.

CONCLUSÕES

Na gestão territorial das terras indígenas do rio Negro são perceptíveis o protagonismo do movimento e de suas lideranças que, desde o início da década de 1980, se mobilizam coletivamente, de modo a instituir uma política de proteção dos territórios dos povos indígenas da região.

Nesse contexto, a organização político-cultural do movimento indígena é uma forma peculiar de diálogo, em que os saberes indígenas e as formas organizativas intrínsecas à cultura são valorizadas, mas também se conectam a outros saberes (não indígenas), quando consideram ser necessário. Um bom exemplo

é a atual estrutura do Planejamento Estratégico da FOIRN que cria diversas interfaces com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (PNGATI).

A trajetória do movimento indígena é marcada pela criação da FOIRN e das mais de noventa associações. Por essa via organizativa elaboraram programas, projetos e realizaram distintas atividades com o intuito de promover uma gestão territorial condizente com as peculiaridades socioculturais e ambientais da região. A política instituída pelo movimento indígena também objetivou reduzir as relações assimétricas historicamente estabelecidas na região, buscando novas formas de diálogo, particularmente com o Estado brasileiro, para garantir uma gestão pautada nas concepções do bem viver indígena, portanto, diferente das experiências já vividas.

Em termos operacionais, essa política do movimento indígena se consubstancia no âmbito da FOIRN, marcada por uma estreita relação com as bases - as comunidades indígenas. As discussões sobre os temas prioritários, os problemas, os objetivos, o planejamento das ações da Federação, entre outros, se dão mediante o contato com essas bases, numa constante relação de consensos e dissensos e/ou conflitos e acordos/alianças. Segundo as lideranças que nelas residem, são as comunidades que apontam os problemas, os anseios e as perspectivas, contribuindo significativamente para gestão territorial do rio Negro.

Dessa forma, conclui-se que o movimento indígena do rio Negro, ao mobilizar essas redes dialogais envolvendo os povos indígenas e o Estado brasileiro, bem como povos indígenas e organizações não governamentais (de vertente ambientalista, religiosa e outras), viabilizam a sua política de gestão dos territórios. E, em que pese, todos os desafios enfrentados desde a sua criação têm logrado êxito. Verifica-se que muitas questões desse “modelo” de gestão estão atreladas às dinâmicas de suas culturas, as quais envolvem posições de poder e de hierarquia, fato que explica e justifica alguns meandros da política do movimento indígena.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, B. **O ouro canibal e a queda do céu**: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B; RAMOS, A. R. (Org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN). *Estatuto Social*. São Gabriel da Cachoeira, 2002.
- FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN); INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN/ISA, 2003.
- FLICK, W. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GRUPIONI, L. D. **Diretório de Associações e Organizações Indígenas no Brasil**. Brasília: INEP/ MEC e Mari/USP (1999).
- ORTOLAN MATOS, M. H. *O processo de criação e consolidação do Movimento Pan-indígena no Brasil (1970-1980)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1997.
- ORTOLAN MATOS, M. H.. *Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências no Vale do Javari*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Trabalho elaborado em comemoração ao Dia do Índio. 2012.

LESBAUPIN, I. Sociedade do “bem viver”. Revista IHU On-Line, Revista do Instituto Humanitas, Unisinos, n. 340, set, 2011.

LUCIANO, G. J. S. Projeto é como branco trabalha. As lideranças que se virem para nos ensinar. Brasília, 2006, 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília – Brasília, 2006a.

PERES, S. C. Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.

REGAZZONI, Q. A relação entre o Reino pregado por Jesus e o conceito de Vida Boa dos povos indígenas. IHU On-Line, São Leopoldo, ed. 340, p. 10-13, 2010.

REZENDE. J. S. Região do Alto Rio Negro em Movimento: movimento indígena e ‘projetos de futuro’ para os povos indígenas. São Gabriel da Cachoeira, 2013. Memo.